

ALGUMAS NOTAS SOBRE AND. 1: A DESCRIÇÃO DOS EVENTOS DE 415 A.C. EM TRÊS DENÚNCIAS*

Priscilla Gontijo Leite

Universidade Federal da Paraíba - UFPB/Brazil

priscillagontijo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2616-7186>

RESUMEN

La profanación de los Misterios y la mutilación de las Hermas en 415 a.C. fueron dos eventos destacados que involucraron la impiedad (*asebeia*). Tenemos conocimiento de estos eventos principalmente a través del relato de Tucídides y Plutarco, y también a través de los discursos de Andócides (And. 1) y [Lisias] ([Lys.] 6). Este artículo tiene como objetivo analizar cómo se narran estos hechos en And. 1 a través de tres denuncias presentadas por el orador: Andrómaco, Lido y Dioclides. Las denuncias se utilizaron para determinar la participación de la ciudadanía y el enfoque del trabajo estará en Andócides y Alcibíades. El artículo se dividirá en dos partes. La primera es una breve descripción de los acontecimientos del 415 a. C. y el significado de las Hermas y de los Misterios para la democracia ateniense. El segundo examina el uso retórico de estos hechos en And. 1.

PALABRAS CLAVE: Impiedad, mutilación de las Hermas, profanación de los Misterios eleusinos, Alcibíades, Andócides.

NOTES ON AND. 1: A DESCRIPTION OF THE EVENTS OF 415 BC IN THREE COMPLAINTS

ABSTRACT

The profanation of the Mysteries and the mutilation of the Herms in 415 BC were two prominent events that involved impiety (*asebeia*). We have knowledge of these events mostly through the accounts of Thucydides and Plutarch, and also through the speeches of Andocides (And. 1) and [Lysias] ([Lys.] 6). This paper aims to analyse how these events are narrated in And. 1 through three complaints presented by the orator: Andromachus, Lydo and Diokleides. The complaints were used to determine the participation of citizens and the focus of this paper will be on Andocides and Alcibiades. In order to do this, this paper will be divided in two parts: the first is a brief description of the events of 415 BC and the significance of both the Herms and the Eleusinian Mysteries to the Athenian democracy; the second examines the rhetorical use of these events in And. 1.

KEYWORDS: Impiety, mutilation of the Herms, profanation of the Eleusinian Mysteries, Andocides, Alcibiades.

DOI: <https://doi.org/10.25145/j.fortunat.2022.35.06>

FORTVNATAE, N° 35; 2022 (1), pp. 99-119; ISSN: 1131-6810 / e-2530-8343



INTRODUÇÃO

Os oradores áticos utilizam várias estratégias para construir seus argumentos persuasivos¹. Um exemplo é o uso do passado recente (Kapellos, 2017, 2019a, 2019b; Westwood, 2020), através da menção a eventos ainda vivos na memória da audiência (Worthington, 1994; Canevaro, 2019) a fim de atrair sua simpatia. Ao narrar esse passado recente, Andócides utiliza-se com frequência do presente histórico em *Sobre os Mistérios* (And. 1). Com isso, ele chama atenção da audiência para certos momentos da narrativa, especialmente quando a reconstituição do passado auxilia na sua defesa (Sikorski, 2020). Acrescenta-se a isso o fato de que um orador habilitado como ele sabia que mais importante do que a precisão estrita dos eventos narrados era o impacto que a narrativa sobre esse passado comum causava na audiência. Dessa forma, o orador poderia omitir ou distorcer alguns fatos, uma vez que a audiência aceitaria essa narrativa desde que essas diferenças estivessem dentro dos limites da plausibilidade. Era muito arriscado para o orador mentir, pois a quebra da confiança entre orador e audiência poderia conduzi-lo à derrota (Worthington, 2020).

Outra estratégia também recorrente nos oradores é o apelo às noções religiosas², por ser a religião influente e determinante nas principais esferas da vida dos atenienses (Leite, 2017; Serafim, 2021). A profanação dos Mistérios de Elêusis³, doravante Mistérios, e a mutilação das estátuas de Hermes, doravante Hermes, de 415 a.C. são dois eventos que nos permitem perceber a combinação das estratégias persuasivas do uso do passado recente combinado ao apelo às noções religiosas. Os atenienses perceberam esses eventos como uma violenta afronta à democracia (Th. 6.27, 60; Plu. *Alk.* 18 – συνωμοσία), provocando uma grande comoção pública⁴ que desencadeou ações rápidas e enérgicas para punir os responsáveis. Esses aspectos

* Agradeço a I. Worthington e J. Roisman pelos comentários e correções que me ajudaram a aprimorar o artigo.

¹ Sobre estratégias retóricas nos tribunais atenienses *vide* Rubinstein, 2005.

² O apelo às noções religiosas pode ser dividido nos seguintes grupos: i) lembrar dos juramentos, em particular, o de obedecer à lei (Harris, 2007; Harris, 2013: 101-137); ii) lembrar que os deuses punem aqueles que sentenciam injustamente; iii) lembrar dos riscos de permitir a permanência de um impuro na cidade (Moulinier, 1952; Parker, 1996b); iv) lembrar do dever de proteger a cidade da impiedade, *asebeia* (Leite, 2014). Serafim (2021), para analisar o uso da religião na retórica ática, utiliza o conceito de *discurso religioso*, que, segundo ele, são: juramentos, maldições, oráculos, hinos, orações e referências aos deuses e a outras deidades sobrenaturais.

³ A profanação dos Mistérios é, com frequência, interpretada como paródia, celebração, representação, zombaria. Não se tem certeza do que ocorreu dentro das casas, se os participantes tinham realmente uma intenção ímpia. Sobre a discussão se o ato foi uma “celebração” ou “zombaria” *vide* Wallace, 1992: 328; Todd, 2004: 88; Leão, 2012: 187-188. Para a descrição dos Mistérios *vide* Parke, 1977: 55-72; Bruit Zaidman - Schmitt Pantel, 1992: 132-140; Patera, 2009; Bremmer, 2014.

⁴ Para a comoção provocada pela descoberta da mutilação dos Hermes *vide* Osborne, 1985: 66.

são evidentes nos relatos escritos 15 anos depois, entre 400 e 399 a.C., por Tucídides (Th. 6.27-28, 6.60-61)⁵, Andócides (And. 1)⁶ e [Lísias] ([Lys.]6)⁷.

O contexto da escrita desses relatos é marcado pela preocupação com a impiedade (Leite, 2017; Serafim, 2021), como evidenciam os processos contra Andócides (400 a.C.) e Sócrates (399 a.C.)⁸, bem como outras acusações de impiedade do final do século V a.C. e início do século IV a.C.⁹. Nos julgamentos de Andócides¹⁰ e Sócrates, por exemplo, os eventos de 415 a.C. constituíram uma parte relevante das acusações. Por um lado, Sócrates tinha uma relação próxima com cidadãos suspeitos de envolvimento nesses eventos¹¹, a exemplo de Alcibíades, e com participantes no governo dos Trinta Tiranos, um dos momentos mais violentos da história ateniense (404 a.C.), como Crítias. Tal aspecto contribuiu para sua condenação, já que o associava, através de seu círculo de amizades, a atos ímpios e violentos que perturbaram a cidade (Mossé, 1990; Finley, 1988: 127-158). Por outro lado, os oponentes de Andócides lembravam sua participação nos atos de 415 a.C. (And. 1, And. 2, [Lys.] 6¹²).

⁵ Não há certezas das condições da escrita de Tucídides. Inegavelmente há uma unidade entre os livros. Os estudiosos acreditam que ele começou a escrever após 404 a.C., a partir de várias anotações feitas durante a Guerra do Peloponeso. Sobre a datação e os estágios de composição do livro 6 *vide* Hornblower, 2000: 1-4.

⁶ And. 1 é considerado o melhor exemplo do potencial retórico de Andócides. Para mais informações *vide* Kennedy, 1958. Sobre a datação do discurso, é consenso que foi pronunciado entre 400 e 399 a.C., próximo ao julgamento de Sócrates. Concordo com a hipótese de Marr (1971: 326) e Usher (2001: 45) que consideram o pronunciamento do discurso ser de 400 a.C., antes do julgamento do filósofo.

⁷ Há um intenso debate sobre a autoria de [Lys. 6]. As hipóteses sobre autoria podem ser divididas em três grupos: i) autoria do próprio Lísias ou de alguém próximo a ele, que o proferiu no tribunal; ii) um panfleto político para atacar Andócides; iii) um exercício retórico produzido no período helênico. Para mais informações sobre as hipóteses *vide* Todd, 2007: 403; Marr 1971: 334; Bearzot, 2007: 157-160. Nota-se que as hipóteses de autoria variam de acordo com as propostas de datação do discurso, entre 402 e 399 a.C. Sou favorável à hipótese de Bearzot (2007), cuja datação é de 402 a.C., logo após o retorno de Andócides a Atenas. Justifica-se essa escolha uma vez que o discurso apresenta vários aspectos relacionados à anistia de 403 a.C. Para informações sobre a anistia *vide* Carawan, 2013. Considero fortemente a probabilidade de o discurso ter circulado novamente, até mesmo com mais intensidade, em 400 a.C. por causa do julgamento sobre as impiedades de Andócides.

⁸ Sobre o julgamento de Sócrates *vide* Derenne, 1930: 61, 184; Bauman, 1990: 106-116; Mossé, 1990; Gagné, 2009; Bremmer, 2019: 1016-1020.

⁹ Vários filósofos foram acusados de impiedade nesse período. *Vide* Derenne, 1930; Bauman, 1990: 45-49, 67-68, 119-126; O'Sullivan, 2007; Filonik, 2013; Leite, 2014: 150-162.

¹⁰ Sobre a participação de Andócides em 415 a.C. *vide* MacDowell, 1962; Edwards, 1995; Furley, 1996; Marr, 1971; Carawan, 2004; Todd, 2004; Bearzot, 2007.

¹¹ Como demonstra Parker (1996a: 206), 5 dos condenados pelos eventos de 415 a.C. eram próximos de Sócrates, fato que deve ter contribuído para o veredicto de culpado. Cf. Wallace, 1992: 331-332.

¹² Uma das estratégias utilizadas em [Lys.] 6 para demonstrar a impiedade de Andócides é compará-lo com Diágoras de Melos ([Lys.] 6. 16-17). Na época, era de conhecimento comum que o filósofo foi condenado por impiedade, não sabemos se por ateísmo ou por revelar os Mistérios (Derenne,





Ao observar esses processos, notamos que os suspeitos de cometerem as impiedades de 415 a.C. são pessoas da elite, participantes ativos da vida política, que receberam a educação ligada aos círculos sofisticados, filosóficos e retóricos. Para entendermos a participação desse grupo de pessoas nesses eventos e como isso configurou uma estratégia retórica de defesa e acusação anos depois, o presente artigo concentrará sua análise em Alcibíades e Andócides¹³, através das denúncias apresentadas por Andócides em seu discurso de defesa sobre um processo de *endeixis* (MacDowell, 1986: 75) (And. 1).

Endeixis consiste numa ação jurídica que qualquer cidadão pode promover contra alguém por uso irregular dos direitos cívicos. No caso de Andócides, os acusadores alegam que ele não tinha mais esses direitos por causa do decreto de Isotimides¹⁴, datado de 415 a.C. O decreto determina o banimento da Ágora e de todos os locais sagrados daqueles condenados por impiedade ([Lys.]6.9,24) (Phillips, 2016: 410), o que na prática tornava impossível a vida religiosa, social e política do sujeito, já que não poderia frequentar os locais de sua realização.

Os acusadores de Andócides, além de o considerarem culpado pelas impiedades de 415 a.C., também o acusaram de colocar um ramo de oliveira de súplica no altar de Elêusis durante os festivais dos Mistérios, algo que era proibido e punido com a morte (And. 1. 110-116) (MacDowell, 1962: 13-15)¹⁵. Sobre essa dupla acusação de impiedade, Andócides tece sua defesa através do uso do passado recente, das leis e decretos, dos testemunhos e da construção de um *ethos* que o coloca como o mais pio dos cidadãos, vítima da perseguição de seus adversários.

Semelhantemente, os adversários de Alcibíades também em diversas ocasiões relembram o envolvimento do general nas impiedades de 415 a.C. (Lys. 14.16-45; Lys. 16.42; Isoc. 16.5-11; D. 21.143-144, 147¹⁶) e como isso o levou a se ausentar

1930: 57-70; Bauman, 1990: 67-68; Filonik, 2013: 46-51; Leite, 2017: 161-162). De toda maneira, era clara a associação para os juízes entre o filósofo e a impiedade. Com essa operação, o orador reforça a culpa de Andócides e ainda rebate o principal argumento de que ele não seria culpado por ter viajado pelo mar em segurança sob as bênçãos das divindades. Para o orador, Andócides só chegou em segurança à cidade para receber a punição adequada de seus concidadãos, que deveria acontecer imediatamente ([Lys.] 6.19, 27).

¹³ Sobre a relação de Andócides com grupos aristocráticos *vide* Missou, 1992: 15-54.

¹⁴ MacDowell (1962: 200-3) considera a validade do decreto ainda em 400 a.C., durante o julgamento de Andócides que clama por sua inocência, utilizando menções à anistia de 403 a.C. (sobre esse uso *vide* Edwards, 1995: 174-175), que em termos legais não está relacionado ao seu caso. Em um estudo posterior (1998: 97), ele reitera a possibilidade de Andócides ser a única pessoa afetada pelo decreto em 400 a.C., por ser culpado das impiedades de 415 a.C. A grande maioria dos envolvidos nesses eventos já estavam exilados ou mortos, à exceção de Andócides (And. 1.59).

¹⁵ Essa prática estava relacionada o *nomos pátrios*, que previa a pena capital para quem cometesse sacrilégios. Cf. Palerm Ramón - Sopena Genzor - Vicente Sánchez, 2019: 238; Rhodes, 1972: 159-160.

¹⁶ Para um comentário sobre esses parágrafos *vide* Leite, 2014: 248-251; Leite, 2017: 232-236.

de Atenas¹⁷. Antes de nos determos no uso retórico dos eventos de 415 a.C. em And. 1 e, conseqüentemente, no envolvimento de Andócides e Alcibiades, será apresentada uma breve descrição desses eventos, bem como o significado dos Hermes e dos Mistérios para a democracia ateniense.

AS ESTÁTUAS DE HERMES, OS MISTÉRIOS DE ELÊUSIS E AS ANIMOSIDADES RELIGIOSAS NO FINAL DO SÉCULO V A.C. E INÍCIO DO SÉCULO IV A.C.

Para entender a reação enérgica dos atenienses aos eventos de 415 a.C., deve-se considerar: I) a importância cívica e religiosa dos Hermes e dos Mistérios; II) a animosidade religiosa do momento; III) o contexto da guerra do Peloponeso (Parker, 1996a: 200-202). Com isso, a reação foi o resultado não apenas de uma excepcionalidade no sentimento religioso – uma postura conservadora diante das mudanças introduzidas pelas diversas correntes de pensamento, a exemplo da perseguição aos filósofos –, mas da confluência de fatores religiosos e políticos, capazes de produzir um episódio memorável, que continuaria vivo nas mentes dos cidadãos anos depois.

Os Hermes são formados pela combinação de uma estela com uma estátua. São blocos de pedra retangular, em cujo topo é esculpida uma representação da cabeça de Hermes, tendo ao centro um falo ereto¹⁸. Possuíam caráter apotropaico, além de reforçarem as práticas de cidadania e a identidade cívica (cf. Osborne, 1985: 65; Todd, 2004: 87).

Os Mistérios são rituais secretos em honra das deusas Deméter e Perséfone. Apesar de seu caráter iniciático (Isoc. 2.28)¹⁹, eram bem integrados à administração da cidade²⁰. Sua celebração, de caráter mais aberto se comparado a outros rituais cívico-religiosos, permitia a participação de estrangeiros, escravos e mulheres ([D. 59].21-23), aumentando sua popularidade entre os habitantes de Atenas.

Às vésperas da partida de uma decisiva expedição para a Sicília, liderada por Alcibiades, numa noite no início de julho, os atenienses se depararam com uma grande quantidade de Hermes, em locais públicos e privados²¹, vandalizados. Além de ser algo gravíssimo e perturbador, configurava um mau presságio (Filonik, 2013: 40) (Th. 6.27; Plu. *Alk.* 18), o que afetava diretamente os debates sobre a iminente expedição. A cidade estava vivenciando seu maior escândalo religioso a poucos dias

¹⁷ Sobre Alcibiades como exilado político *vide* Loddo, 2019.

¹⁸ Sobre os Hermes *vide* Osborne, 1985; Quinn, 2007.

¹⁹ Sobre a iniciação dos Mistérios *vide* Burkert, 1987: 93-95.

²⁰ Exemplos dessa integração são a trégua instituída durante os Mistérios (Aeschin. 2.133-134) e os oficiais dedicados aos ritos (Aeschin. 3.18, D. 22.27). *Vide* Clinton, 1974; Gagné, 2009: 220.

²¹ Sobre a localização dos Hermes cf. Lys. 23.3 e D. 20.112. Na Ágora, a maioria dos Hermes foram erguidos por magistrados e gerais cf. Aeschin. 3.183-185.



de uma importante expedição militar, capaz de determinar novos rumos para a Guerra do Peloponeso.

Imediatamente, organiza-se uma investigação para encontrar os responsáveis, interrogando (*menysis*²²) escravos, metecos e cidadãos, incluindo algumas mulheres²³ (And. 1.16). Nesse processo, descobre-se a profanação dos Mistérios (Th. 6.27-28; Plu. *Alk.* 18-19; [Lys.] 6.23-24) que acirra ainda mais os ânimos. Tem-se uma onda de processos (sobretudo de *eisangelia*)²⁴, prisões, exílios²⁵, sentenças de morte e confisco de bens de suspeitos. Alguns processos são *in absentia* – como no caso de Alcibíades, que já tinha partido para expedição da Sicília (Th. 6.29; Plu. *Alk.* 20) – já que vários investigados fogem da cidade (And. 1.25; Plu. *Alk.* 21.4). Alcibíades busca refúgio em Esparta (Plu. *Alk.* 20-23) e Andócides, em Chipre, onde vive por anos, antes de retornar para Atenas em 403 a.C. (And. 1.4, 132; [Lys.] 6.6-7, 28).

Os testemunhos que denunciam os responsáveis pelas impiedades de 415 a.C. são, em sua grande maioria, de escravos²⁶ (Plu. *Alk.* 20.4; Th. 6.28; And. 1.17; [Lys.] 6.21). As informações são provenientes do ambiente privado, o que reforça a ideia de uma trama contra a democracia (Murray, 1990: 157), já que as impiedades foram planejadas ou executadas dentro das casas (Bauman, 1990: 64).

Apesar de tais impiedades serem descobertas quase ao mesmo tempo, nossas fontes disponíveis²⁷ não permitem afirmar que seu planejamento foi simultâneo, executado pelos mesmos homens com o único objetivo de derrubar a democracia (Osborne, 1995: 67). Apenas 4 nomes, de uma lista de 68 identificados na mutilação dos Hermes, também participaram da profanação dos Mistérios.

Para Tucídides (Th. 6.28), cuja narrativa é seguida por Plutarco (*Alk.* 18-19), a mutilação dos Hermes foi resultado de uma noite de excessos de jovens que não pensaram nas consequências. Andócides também reforça isso, considerando-a resultado de uma noite de bebedeiras (And. 1.61-63). Contudo, um olhar atento ao

²² Sobre *menysis* vide MacDowell, 1986: 181-183.

²³ O fato de mulheres testemunharem evidencia a gravidade da situação para os atenienses, pois essa prática não é usual nos tribunais. A mulher só testemunha em casos de traição à cidade e sacrilégio, corroborando a ideia de que as impiedades de 415 a.C. são vistas como atentados à democracia ateniense. O testemunho da mulher é apresentado no tribunal por meio de *proklesis eis ton horkon*. Ela apenas confirma ou nega o que foi relatado por seu *kurios*, demonstrando que o depoimento de uma mulher para ter validade precisa da aprovação de um homem. Vide Allen, 2000: 103-104.

²⁴ Quatro desses processos são apresentados por Andócides, cf. And. 1.11-18, 25.

²⁵ Entre 50 e 100 homens foram expulsos de Atenas, cf. Todd, 2004: 88.

²⁶ O testemunho do escravo era obtido sob tortura, vide Gagarin, 1996; Allen, 2000: 104-105. Para uma reflexão sobre o testemunho dos escravos e acontecimentos do âmbito privado vide Arnaoutoglou, 2007.

²⁷ Para fontes epigráficas (*Attic Stelai* Cf. *IG* I³ 421.12 - 49, *IG* I³ 430.5 - 20) vide Gomme, Andrewes, Dover, 1970: 273; Hornblower, 2008: 368; Phillips, 2016: 425-427. Relato de historiadores (Th. 6.27-28, 6.60-61; Xen. 1.4; Plu. *Alk.* 20-22) vide Gomme, Andrewes, Dover, 1970: 264-289, 337-338; Hornblower, 2008: 367-381, 453-457. Oradores áticos (Isoc. 16.6-7; Lys. 62.1-24,51; Lys. 14.16-45; And. 1.11-69) vide Furley, 1996.

discurso, que tem como principal objetivo a absolvição de Andócides, demonstra que um número significativo de Hermes foi vandalizado em diferentes pontos da cidade e que vários cidadãos participaram, jurando guardar segredo sobre o assunto²⁸. A própria narrativa de Andócides torna difícil sustentar a ideia de que não passaria de uma noite de excessos e bebedeiras, já que em seu próprio álibi ele indica saber previamente sobre o plano (And. 1.61-66). É muito mais provável que o evento tenha sido cuidadosamente calculado com o propósito de causar um impacto público, apesar de planejado em ambiente privado (And 1. 39; Thu. 6.27; Plu. *Alk.* 20).

Por outro lado, a profanação dos Mistérios sempre manteve um caráter privado, com sua execução variando de local (diferentes casas aristocráticas) e participantes, sem o objetivo de se tornar conhecido para além dos profanadores. O evento ganha uma dimensão pública depois da mutilação dos Hermes e a revelação de que Alcibíades estava entre os profanadores dos Mistérios (Leão, 2012: 181-2).

É possível identificar em ambos eventos a participação de membros ricos, influentes e bem educados da elite ateniense²⁹, com projeção política, que criticavam abertamente a democracia. A partir disso, pode-se supor que em ambos os eventos havia uma agenda política definida (Leão, 2012: 184), de crítica a certas práticas democráticas – como a participação popular –, apesar do caráter privado dos Mistérios.

Como principais consequências desses eventos, tem-se o aumento do controle do *demos* nos assuntos religiosos³⁰ e uma desconfiança por parte do *demos* nas ações políticas da elite (Murray, 1990: 145). Acrescenta-se ainda a associação entre impiedade e traição cívica (*katalysis tou demou*) (Bauman, 1990: 62-64; Filonik, 2013: 15, 78), possibilitando oradores desenvolverem a associação retórica entre impiedade e homens perigosos (Leite, 2014).

OS EVENTOS DE 415 A.C. EM AND. 1

A severidade e rapidez das respostas diante dos eventos de 415 a.C., contudo, não se traduz no rigor das investigações (Th. 6.53). Por isso, algumas inconsistências nos relatos de nossas fontes podem ser explicadas pelas numerosas prisões (Th.6.60), recompensas dadas aos denunciadores (Th. 6.27) e a vontade de resolver o assunto imediatamente. Um exemplo é Alcibíades, cuja participação efetiva em ambos os eventos é difícil de precisar, havendo certeza apenas de sua participação no escândalo dos Mistérios.

²⁸ Sobre juramentos e associações aristocráticas *vide* Calhoun, 1913.

²⁹ Para uma lista de denunciadores, denunciados e dos resultados dos processos *vide* Gomme, Andrewes, Dover, 1970: 276-280.

³⁰ *Boulé* recebeu poderes especiais através de *psephisma*. Rhodes, 1972: 186-188; Parker, 1996a: 124-125; Bauman, 1999: 65.



Uma alternativa para os estudiosos contemporâneos minimizarem as inconsistências nos relatos é comparar os historiadores e os oradores áticos. Cada relato possui as especificidades inerentes ao seu gênero literário, além de propósitos bem diferenciados. Ao considerar isso, o exercício comparativo proposto aqui também levará em conta que os relatos de Andócides e [Lísias] exageram no uso retórico de argumentos religiosos³¹ e apresentam os fatos relacionados aos eventos de 415 a.C. fora da ordem cronológica, valorizando uma ordenação dos fatos que o orador julga ser mais persuasiva para a audiência (MacDowell, 1965: 181-182)³². Com relação às versões dos historiadores, esses elementos não motivariam a necessidade de uma reordenação dos fatos, mas o próprio Tucídides adverte seus leitores sobre a possível imprecisão de sua narrativa, assumindo-se incapaz de narrar os fatos com precisão devido à grande quantidade de coisas que aconteceram ao mesmo tempo.

Portanto, a partir de três denúncias apresentadas em And. 1, serão comparadas as narrativas em Andócides e Tucídides. As denúncias são de Andrômaco (And. 1.11-14), Lido (And. 1.17.20) – que se referem aos Mistérios – e Dioclídes (And 1.36-47) – aos Hermes –. Também será mencionada rapidamente a denúncia de Teucro, que apresenta aproximadamente 14 pessoas como mutiladores (And. 1.34, Th. 53.1). As denúncias foram consideradas objeto privilegiado de análise por ter sido através delas que a cidade se tornou ciente dos pormenores dos eventos de 415 a.C.

ANDRÓMACO

Ao final do exórdio (And. 1.1-8), iniciando a exposição dos fatos, Andócides apresenta 4 denúncias sobre os Mistérios (And. 1.11-18), sendo a primeira a do escravo Andrômaco, que informou uma lista de nomes dos participantes do sacrilégio dos Mistérios. São eles: Alcibíades, Nicíades, Meleto, Arquebíades, Arquipos, Diógenes, Polístrato, Aristómenes, Eônias, Panaitos.

πρῶτος μὲν οὗτος ταῦτα ἐμήνυσε, καὶ ἀπέγραψε τούτους· ὧν Πολύστρατος μὲν συνελήφθη καὶ ἀπέθανεν, οἱ δὲ ἄλλοι φεύγοντες ὄχοντο, καὶ αὐτῶν ὑμεῖς

³¹ Em And. 1 e [Lys.] 6 há várias menções da intervenção divina no estabelecimento da justiça, além de outros argumentos religiosos, como a proteção dos deuses para uma viagem segura no mar ([Lys.] 6.3, 10, 19, 20, 29, 33, 53; And. 1.29, 31-32, 113-114, 125, 137-139). A travessia do mar também aparece em um discurso anterior de Andócides (2.15). O medo de morrer no mar em decorrência do castigo divino é muito antigo na mentalidade grega, remontando a Homero. *Vide* Sommerstein - Torrance, 2014: 297-298; Marr, 1971: 333; Furley, 1996: 109-113; Martin, 2009: 142. Para o uso do medo e da piedade em And. 1 e [Lys.] 6 *vide* Gagné, 2009: 235. Já [Lys.] 6 destaca o risco de contaminação religiosa, com uma fusão de poluição, vingança e punição. Sobre isso *vide* Bearzot, 2007: 158-159. Para obter mais informações sobre o contágio da *asebeia*, *vide* Naiden, 2016.

³² Para um resumo cronológico dos fatos *vide* MacDowell, 1965: 186-190; Gomme, Andrewes, Dover, 1970: 271-279; Furley, 1996: 129-130.

θάνατον κατέγνωτε. καί μοι λαβὲ καὶ ἀνάγνωθι αὐτῶν τὰ ὀνόματα. “Ὄνόματα. Τοῦσδε Ἀνδρόμαχος ἐμήνυσεν: Ἀλκιβιάδην, Νικιάδην, Μέλητον, Ἀρχεβιάδην, Ἄρχιππον, Διογένη, Πολύστρατον, Ἀριστομένη, Οἰωνίαν, Παναίτιον.” (And. 1.13).

A veracidade da denúncia de Andrômaco é confirmada através do testemunho de Diogneto³³, um dos membros da comissão de investigação, apresentado por meio da inserção de um discurso direto (And. 1.14)³⁴. Na estratégia utilizada por Andócides, em que há mistura de narrativa (Kennedy, 1958: 37) e apresentação de provas, é perceptível a intenção do orador em chamar a atenção da audiência para Alcibíades, considerando-o culpado pela profanação dos Mistérios. Essa parte (And. 1.11-14) inicia-se com a narrativa, em detalhes, do contexto que desencadeou a denúncia. Pitônico interrompe a assembleia em que Nícias, Lâmaco e Alcibíades³⁵ discursavam sobre a situação da Sicília (And. 1.11), acusando Alcibíades da profanação dos Mistérios. Em resposta, o general nega tudo (ἀντιλέγοντος [...] ἐξάρνου, And. 1.12). Não é dessa forma, porém, que os cidadãos encararam os fatos, pois a *Boulé*³⁶ acata a *eisangelia*, considerando-o um dos principais responsáveis pelo ímpio crime.

Pitônico indica a denúncia de Andrômaco, apoiando-se no fato de ele estar presente em uma dessas celebrações, juntamente com outras três pessoas: seu irmão, um tocador de flautas e o escravo de Meleto, que também fez uma outra denúncia. A ligação de Andrômaco com os participantes não está clara, porque esse trecho do discurso apresenta vários problemas de sintaxe na forma como os manuscritos o transmitiram. Usualmente, o texto estabelecido é: καὶ ἤγαγον θεράποντα Ἀρχεβιάδου τοῦ Πολεμάρχου: Ἀνδρόμαχος αὐτῷ ὄνομα ἦν (And. 1.12)³⁷, indicando que Andrômaco é escravo de Polemarco. MacDowell, por sua vez, assume que Πολεμάρχου é proveniente da glosa de ἀλκιβιάδου, sendo então Andrômaco escravo de Alcibíades. Ele assume que Andrômaco e seu irmão pertenciam ao mesmo mestre, além de considerar a personalidade de Alcibíades, o único capaz de levar dois escravos pessoais para cuidar de si em festas, o que seria um claro exagero, já que a maioria dos convidados portavam consigo apenas um escravo (MacDowell, 1962: 70). Essa posição também é seguida por Edwards (1995). Porém, as traduções de Dalmeyda (1966) e Redondo Sánchez (1991) atribuem a ligação a Polemarco: na primeira tradução, Andrômaco é caracterizado como escravo; na segunda, como servo, assim como seu irmão e o flautista (Redondo Sánchez, 1991: 193-194).

³³ Era um nome bem comum na época. Cf. Furley, 1996: 135.

³⁴ Sobre o uso do discurso direto em And. 1 *vide* Edwards, 2004: 325-331; Trevett, 1995: 135-136.

³⁵ Sobre as ações desses generais na Guerra do Peloponeso Cf. Th. 6.26, 6.49, 6.50; Plu. *Alk.* 18-20.

³⁶ Em Andócides, a *Boulé* tem um papel mais ativo nas investigações dos eventos de 415 a.C. se comparado a Tucídides. Hornblower, 2000: 368.

³⁷ Ἀρχεβιάδου τοῦ Πολεμάρχου Marchant: Ἀρχεβιάδου πρὸς τὸν πολέμαρχον Helbig: ἀλκιβιάδου Πολεμάρχου Bekker: ἀλκιβιάδου πολέμαρχον.



Diante das lacunas do texto grego e das hipóteses apresentadas pelos estudiosos, ainda julgo mais prudente considerar Andrômaco como escravo de Polemarco (cf. Furley, 1996: 122), visto que não há outras fontes com indícios de sua filiação para compararmos. De fato, a denúncia de Andrômaco demonstra a dimensão privada da profanação dos Mistérios. Mais do que a filiação, meu foco é nas escolhas persuasivas de Andócides. Por isso, é interessante observar como ele descreve as ações de Alcibíades ao ser acusado: a veemência com que o orador nega as acusações, bem como a posição do nome do general na lista de culpados: ele é o primeiro (And. 1.13). Com isso, o orador tira o foco de si mesmo, que estava em julgamento, e passa a Alcibíades. Depois retoma o foco para si, preparando a próxima parte da argumentação, onde demonstra que as acusações são obras de adversários (And. 1.30-33). Já era bem conhecida a utilização por parte dos adversários de Alcibíades da acusação de profanação dos Mistérios, com o objetivo de desmoralizá-lo, como indicam os relatos de Tucídides e Plutarco (Th. 6.60-61, Plu. *Alk.* 18-20).

Em Isoc. 16.5-11, de 397 a.C. (Usher, 2001: 120-122), esses adversários são caracterizados como oligarcas, participantes do Governo dos 400. Eles conspiraram contra o povo (*ἐπιβουλευσαντες τῷ δήμῳ*, Isoc. 16.5) e Alcibíades se opôs a eles, ou seja, defendeu a democracia. Assim, esse discurso é indicativo de uma visão dominante para a maioria dos atenienses no início do século IV a.C. Alcibíades, apesar de toda a polêmica, é um herói que protege Atenas. Deve-se destacar que, ao narrar os fatos, Isócrates mistura os eventos: a profanação dos Mistérios, a expedição para a Sicília e a oligarquia de 411 a.C., outro episódio dramático da Guerra do Peloponeso. Isócrates aposta nessa mistura para convencer sua audiência³⁸: Alcibíades consegue demonstrar as falsidades das acusações, sendo eleito pelo povo para comandar a expedição (Isoc. 16.7). No entanto, sabe-se que o julgamento de Alcibíades foi adiado e ele partiu para a expedição. O relato de Tucídides (Th. 6.28-29) indica que o general tentou ser julgado antes de sua partida, sempre alegando que estava sofrendo calúnias de seus adversários. Segundo o historiador, o julgamento foi adiado por ação de seus adversários, temendo sua absolvição pelo povo e desejando aproveitar sua ausência para caluniá-lo ainda mais. De fato, Andócides e Isócrates, ao falar sobre Alcibíades, não fazem uma distinção temporal da ordem dos acontecimentos: denúncias, partida da expedição e julgamento, como se tudo estivesse acontecendo ao mesmo tempo. Essa pode ser a percepção da maioria dos atenienses que compunham suas audiências, por ter decorrido mais de uma década entre os eventos de 415 e os discursos.

³⁸ Além de misturar fatos históricos, Isócrates também troca instituições. Ele afirma que a *eisangelia* contra Alcibíades foi recebida pela *Boulé*, quando se sabe que foi na Assembleia (And. 1.17, 27). Essa imprecisão é um risco alto para o orador, uma vez que a história de Alcibíades era bem conhecida. Para tentar elucidar os motivos para essa troca de instituições deve-se considerar o local de destaque da *Boulé* em Isócrates. Além disso, em geral nos oradores áticos, para os eventos de 415 a.C., as ações da *Boulé* são mais destacadas. No relato de Tucídides, contudo, é a Assembleia que desempenha o papel de destaque nas investigações de 415 a.C. *Vide* Hornblower, 2000: 368.

Ainda considerando o relato de Tucídides (Th. 6.49-50), e de Plutarco, é possível afirmar que a reunião da Assembleia descrita por Andócides (And. 1.11-14), onde a denúncia de Andrômaco é enunciada, ocorreu entre a descoberta da mutilação dos Hermes e a expedição para Sicília (Plu. *Alk.* 18.2). A expedição atrasou-se um pouco e várias reuniões extras da Assembleia foram convocadas para discutir o assunto (Plu. *Alk.* 19.4).

Na denúncia de Andrômaco, a casa de Pulítion é o palco da profanação (And. 1.14). Em Isócrates (Isoc. 16.6), uma versão similar é apresentada, posto que a profanação dos Mistérios ocorre em um jantar oferecido por Pulítion, sendo mais um divertimento da elite do que propriamente uma performance de cerimônia religiosa. Em Plutarco, contudo, os fatos são um pouco distintos: a profanação aconteceu na casa de Alcibíades, com a participação de Pulítion como portador da tocha (Plu. *Alk.* 22.4). A informação é proveniente da denúncia de Tessálio, apresentada pelo demagogo Ândrocles, um reconhecido inimigo do general (Plu. *Alk.* 19.1). É possível supor que na época das investigações, Ândrocles era membro da *Boulé* (And. 1.27) (cf. MacDowell, 1962: 81-82; Edwards, 1995: 170), valendo-se de sua posição para incentivar o exílio de Alcibíades (Th. 8.65). Ele é listado por Andócides como um dos responsáveis por recompensar as denúncias de Andrômaco, Teucro e outros (And. 1.27-28).

Diante das denúncias apresentadas nos relatos dos oradores e historiadores, ainda é difícil precisar se a profanação dos Mistérios ocorreu realmente na própria casa de Alcibíades e, se sim, por quais motivos Andócides não menciona esse fato (MacDowell, 1998: 97), já que há uma clara intenção de chamar a atenção da audiência para o general. Certamente, profanar os Mistérios na própria casa aumentaria a gravidade do crime e o fato poderia ser explorado pelos adversários do general. Isso pode explicar o relato de Plutarco, em que os adversários insistem em afirmar que a profanação foi liderada por Alcibíades. A recorrência das acusações indica que não eram totalmente infundadas.

Cotejando a denúncia de Andrômaco com os outros relatos, pode-se concluir que I) as noções religiosas são eficazes no ataque aos oponentes políticos, II) não era incomum as elites atenienses realizarem performances dos Mistérios em suas casas, o que deve ter acontecido várias vezes antes da profanação ser descoberta; III) os participantes dessas performances não queriam visibilidade, fato que torna difícil determinar quem eles realmente eram.

Logo após a denúncia de Andrômaco, Andócides apresenta a denúncia de Teucro, com uma nova lista de profanadores dos Mistérios (And. 1.15) e mais adiante no discurso, uma outra lista com os nomes dos mutiladores dos Hermes (And. 1.34-35). Teucro era um meteco que também recebeu uma boa recompensa em troca das denúncias (And. 1.28, 34-52; Plu. *Alk.* 20.6). Em nenhuma das duas listas é apresentado o nome de Alcibíades ou Andócides, apesar de a denúncia do meteco ser referenciada várias vezes ao longo do discurso para demonstrar seus desdobramentos: prisões, exílio e execuções (And. 1.34, 52, 59, 67). And. 1 apresenta a denúncia como determinante no processo investigativo que causou vários infortúnios ao condenar cidadãos inocentes, já que a intenção dos denunciantes era receber recompensas e se livrar de suspeitas que recaíam sobre eles.



Se não há indicação de Alcibíades na denúncia de Teucro, o general volta para o topo da lista dos profanadores dos Mistérios na terceira denúncia apresentada, a de Agariste³⁹, que coloca o general e mais dois amigos – nomes diferentes dos apresentados na denúncia de Andrómaco – profanando os Mistérios na casa de Cármides (*vide* Wallace, 1992):

τρίτη μήνυσις ἐγένετο. ἡ γυνὴ Ἀλκμεωνίδου, γενομένη δὲ καὶ Δάμωνος – Ἀγαρίστη ὄνομα αὐτῆ – αὕτη ἐμήνυσεν ἐν τῇ οἰκίᾳ τῆ Χαρμίδου τῆ παρὰ τὸ Ὀλύμπιεῖον μυστήρια ποιεῖν Ἀλκιβιάδην καὶ Ἀξίοχον καὶ Ἀδείμαντον· καὶ ἔφυγον οὗτοι πάντες ἐπὶ ταύτῃ τῇ μηνύσει. (And. 1.16).

A denúncia de Andrómaco desencadeou outras, e as três denúncias seguintes, as de Teucro, Agariste e Lido (tema que será abordado no próximo tópico), foram realizadas quando Alcibíades já havia partido para a Sicília. Esse aspecto não é mencionado por Andócides, que apenas afirma que todos os suspeitos dos eventos de 415 a.C. fugiram da cidade (And. 1.25), incluindo ele e também Alcibíades. Assim, não especificar que o exílio do general aconteceu em outra ocasião (X. *HG.* 4.14) serve aos propósitos persuasivos do orador. A partir da denúncia de Lido (And. 1.17), Andócides adota um estilo mais narrativo baseado na apresentação de testemunhos e não oferece como prova uma lista de nomes, algo que só será utilizado novamente mais adiante (And. 1.35), para tratar da mutilação dos Hermes.

A partir da apresentação das quatro denúncias do início do discurso, percebe-se o uso consciente da figura de Alcibíades no discurso, que num primeiro momento, funciona como um espelho de Andócides, através de uma operação retórica um tanto audaciosa. Com isso, ele pretende demonstrar para sua audiência como ambos foram injustamente acusados por seus oponentes, que no afã de caluniá-los os responsabilizaram pelos eventos de 415 a.C. Esperava, dessa maneira, mobilizar para si a indulgência que parte da audiência certamente nutria pelo general, apesar de ser muito claro para os atenienses que ambos, em maior ou menor grau, estiveram envolvidos nas impiedades de 415 a.C. Assim, Alcibíades serve prioritariamente para a defesa de Andócides, que faz leves adaptações, como não o inserir entre os nomes apresentados por Teucro ou não indicar que na sua casa ocorreu a profanação dos Mistérios, fatos que certamente aumentariam a percepção de culpa sobre o general. Na retórica de Andócides, Alcibíades é ao mesmo tempo culpado pela profanação dos Mistérios e vítima da perseguição de seus adversários.

LIDO

Lido, um escravo, em sua denúncia afirma que, na casa de seu amo Féreclis, os Mistérios foram profanados (And. 1.17). Seu amo também aparece na denúncia

³⁹ Sobre a proximidade de Agariste com Alcibíades *vide* MacDowell, 1962: 75-76.

de Teucro como um dos mutiladores dos Hermes (And. 1.35)⁴⁰. Na denúncia de Lido, a presença de Alcibíades é incerta, já que ele sequer é mencionado. A partir desse ponto, Andócides concentra-se na defesa de seu pai, Leógoras, uma vez que o escravo o coloca na cena da profanação. Aqui, a inocência do pai mistura-se com a do filho, construindo assim para a audiência o argumento da inculpabilidade de toda a família.

Leógoras era inocente da acusação de profanação dos Mistérios, pois quando essa aconteceu ele estava deitado, dormindo com o rosto coberto, impedido de ver qualquer coisa. Esse é um detalhe muito importante, pois assistir à paródia dos Mistérios é considerado um ato de impiedade gravíssimo. A denúncia de Lido é conduzida à *Boulé* por Espeusipo, que, por sua vez, é processado por Leógoras (ἐγράψατο τὸν Σπεύσιππον παρανόμων, And. 1.17). A vitória do pai de Andócides na ação jurídica é confirmada pela apresentação de testemunhos (And. 1.18), que auxiliam na construção do *ethos* do patriarca incapaz de cometer os crimes de 415 a.C.

A seguir, o orador convoca mais testemunhos (And. 1.19) para evidenciar como vários cidadãos sofreram, injustamente, com a denúncia de Lido. Em seguida, muda novamente o foco do discurso para si, para se defender das acusações de seus adversários, inclusive da delação do próprio pai para conseguir a liberdade quando estava preso (And. 1.20-28)⁴¹. Novamente, o orador relembra o contexto em que se deram as quatro denúncias apresentadas anteriormente, destacando o testemunho dos escravos (And. 1.21-22), as acusações contra a sua família e contra si, finalizando com um grande apelo patético ao solicitar a qualquer um do júri que se levante caso ele esteja mentindo e seja o responsável pelas prisões e exílios anteriormente mencionados (And. 1.26).

O orador apresenta uma postura audaciosa, contrastando fortemente com as suspeitas de que ele denunciou a própria família (MacDowell, 1962: 78) para conseguir a liberdade. Essa é uma das acusações em [Lys.] 6.23-24, que é rebatida em *Sobre os Mistérios*. No discurso, Andócides confirma a realização de denúncias quando estava preso, sob a influência de seu primo Cármides (Furley, 1996: 56-58), com o intuito de salvar sua família, contrariamente às acusações de seus adversários (And. 1.48-51). Andócides ainda reafirma que conseguiu salvar vários de seus parentes graças à denúncia (And. 1.59, 68).

No registro de Plutarco, também existem detalhes dessa denúncia realizada na prisão (Plu. *Alk.* 21.4-6). Quando estava preso, Andócides se aproxima de Timeu (MacDowell, 1962: 179-180), tornando-se seu amigo íntimo, segundo o relato do historiador. Ele é caracterizado como membro de uma classe social inferior ao orador, ainda que possuidor de grande sagacidade. O seu nome, contudo, não é mencionado por Andócides em seu relato, o que indica que não gostaria de ser associado

⁴⁰ Sobre a possibilidade de serem homens diferentes como o mesmo nome *vide* Furley, 1996: 47.

⁴¹ Em um discurso anterior (And. 2.8), Andócides tenta minimizar sua culpa em relação aos eventos de 415 a.C. Já para a demonstração de sua culpa, *vide* [Lys.] 6.51.



a esse tipo de cidadão. Se considerarmos o relato de Plutarco, o fato de que tenha feito um amigo na prisão, demonstra que Andócides ficou um tempo preso e não apenas uma noite, como o orador alega. Também não parece que ele ficou um ano preso, como é destacado em [Lys.] 6.23: isto é um claro exagero retórico para atingir seu adversário.

De acordo com Plutarco, Timeu persuade Andócides a se declarar culpado e delatar alguns cidadãos em troca de imunidade. Um de seus argumentos consiste na afirmação de que é melhor salvar a própria vida por meio de uma confissão falsa do que morrer vergonhosamente sob uma falsa acusação do mesmo crime. Nas palavras de Timeu, percebe-se também a excepcionalidade da situação e a falta de rigor nas investigações, uma vez que as confissões dos presos correspondiam mais ao que os seus inquiridores queriam ouvir do que à precisão dos fatos.

Tucídides relata que, nesta época, os prisioneiros ofereceram informações em troca de imunidade (Th. 6.60), e a cidade estava vivenciando um estado de selvageria (τὸ ἀγριώτερόν) devido ao elevado número de prisões. O historiador não revela os nomes dos denunciadores e indica que um prisioneiro convenceu um dos principais suspeitos da mutilação dos Hermes, bem como outros homens menos conhecidos na cena pública, a confessar a culpa, embora fossem inocentes. Considera-se que o historiador aqui esteja se referindo a Andócides, especialmente se cotejarmos com o relato de Plutarco, que cita nominalmente o orador. Antes de atribuir a identidade do líder dos mutiladores a Andócides, deve-se questionar quais os motivos para Tucídides omitir seu nome, se na época da redação da obra havia fortes indícios de que o orador participou dos eventos de 415 a.C. mesmo que de forma marginal, como demonstram os discursos And. 1 e [Lys.] 6. Gomme, Andrewes e Dover (1970: 337) levantam a hipótese de que Tucídides teve a oportunidade de conversar com Andócides e outros suspeitos quando retornaram de seu exílio. Pode-se até mesmo conjecturar que o historiador tenha realmente duvidado da participação de Andócides, uma vez que sua confissão tem um aspecto claramente duvidoso (*vide* Seager, 1978). Diante disso, ao ler a passagem Th. 6.60, minha impressão é que, para os propósitos do historiador, bastava descrever o quadro geral da situação: foram frequentes prisões e denúncias, envolvendo diretamente uma parte significativa da elite ateniense, que anos depois voltava a ocupar cargos de destaque na administração da cidade e não queria ser associada a delinquentes, ímpios ou traidores. Nesse sentido, o caso de Andócides seria apenas um entre muitos e ao lembrá-lo especificamente poderia abrir a possibilidade para que outros fossem lembrados. O mais prudente, então, era fazer menções indiretas e deixar o leitor inferir por si mesmo. De fato, no conjunto das fontes antigas, é sobre Andócides o registro mais completo de participação nesses eventos.

A denúncia de Lido chama a atenção para o pai de Andócides e, consequentemente, para o orador e a sua própria denúncia de quando estava preso. Assim, a apresentação dessa denúncia no discurso funciona como um divisor. No começo, a apresentação das denúncias centra-se na figura de Alcibíades e traz uma lista precisa dos nomes dos acusados. Em seguida, não apresenta mais uma lista de nomes para o júri, mas passa a se concentrar na narração dos fatos, com o foco nas ações do orador e seu pai. Essa estratégia culmina com a apresentação da denúncia de



Dioclídes. As denúncias de Lido e Dioclídes já demonstram uma defesa mais clara de Andócides e sua família, negando não apenas a participação nas impiedades, mas também o grave crime de ser o responsável pela prisão e morte de vários de seus familiares.

Ao tratar da denúncia de Lido, a menção direta a Alcibíades desaparece. A meu ver, contudo, o orador consegue manter a ideia de que gostaria de convencer sua audiência: Alcibíades estava envolvido na profanação dos Mistérios, enquanto a família de Andócides, não. Assim, Andócides esforça-se para se distanciar de Alcibíades. Tucídides também nega qualquer aproximação entre os dois (MacDowell, 1962: 174-175; Furley, 1996: 52; Gomme, Andrewes, Dover, 1970: 337; Hornblower, 2000: 453). As aproximações e distanciamentos entre Andócides e Alcibíades somente são possíveis pelo fato de o general ser considerado culpado da profanação dos Mistérios por parte da maioria dos atenienses. Fato ainda marcante na memória da cidade anos depois, como demonstra Lys. 14. 42, de 395 a.C.

DIOCLÍDES

Andócides expõe detalhadamente a denúncia de Dioclídes, apresentada através da *eisangelia* (And. 1.36-47) (Gomme, Andrewes, Dover, 1970: 274-275; Furley, 1996: 61-64, 121-132; Todd, 2004: 92-97)⁴². Ele foi um dos primeiros a depor na *Boulé* (And. 1.65-66) e, juntamente com a denúncia de Teucro, suas palavras foram decisivas para a punição dos Hermocópidas. Para Plutarco, Dioclídes mentiu, pois ele afirmou ter visto, sob luar, a participação dos homens na mutilação dos Hermes, mas na noite do evento não havia nenhuma lua (Plu. *Alk.* 20.8).

No relato de Andócides, por causa da lua cheia, Andócides teria visto 300 homens participando da ação, um número impressionante. Desses, 42 foram nomeados por ele para *Boulé* (And. 1.43). Considero que o número de 300 participantes foi propositalmente aumentado pelo orador como parte de sua estratégia retórica, que era demonstrar para sua audiência a ideia de uma conspiração (Furley, 1996: 57-59). No relato, os participantes estão dispostos em grupos menores de 15 a 20 homens (And. 1.38), o que sugere um esforço de coordenação.

A partir da denúncia de Dioclídes, o orador demonstra que, embora fosse grande o número de pessoas envolvidas na mutilação dos Hermes – e, portanto, explica-se o exagero retórico sobre os participantes –, o próprio Andócides não participou dessa impiedade, nem seu pai, apesar do envolvimento de alguns familiares (And. 1.47, 68).

⁴² Os estudiosos destacam as discussões sobre a possibilidade de que a noite do evento tenha sido de lua cheia ou nova. Estou de acordo com o posicionamento de Gomme, Andrewes, Dover de que foi uma noite de lua cheia e que Dioclídes não mentiria sobre isso. O falso testemunho deve residir em outro ponto, talvez na participação de algum cidadão, já que ele apresentou vários nomes.



Para isso, ele desacredita partes da denúncia de Dioclídes e reafirma que um dos poucos Hermes intactos foi o da casa de seu pai (Furley, 1966: 64-65), cuja mutilação cabia ao orador. O fato não ocorreu, pois ele estava de cama, indisposto. Considerando-se os álibis de pai e filho para as impiedades de 415 a.C., é curioso notar que “estar na cama” é o principal álibi da família! Assim, o argumento de Andócides revela que ele sabia do plano, mas não tomou parte (And. 1.61-66, Plu. *Alk.* 21). A sua “inocência” é puramente técnica (Marr, 1971: 327-8, 331-2), já que ele e sua família sabiam do plano e eram íntimos dos envolvidos.

Portanto, nem todo o relato de Dioclídes é mentiroso, nem Andócides fala toda a verdade. A partir das listas de nomes apresentadas pelo orador como prova, notam-se algumas omissões (Todd, 2004: 90). Evita-se mencionar nomes de cidadãos importantes exilados e que estavam novamente atuando na cidade, como Caridemo, Diácrito e Lisístrato (And. 1.52-53) (MacDowell, 1962: 175), priorizando os nomes daqueles que já estavam mortos, como Eufileto (And. 1.62). A estratégia do orador é demonstrar seu pouco envolvimento nos eventos de 415 a.C., e até sua inocência, mesmo sendo grandes as chances de a audiência considerá-lo culpado devido a sua prisão, denúncia e exílio.

MISTÉRIOS E HERMES EM AND. 1

Em And. 1, observa-se a centralidade dos eventos de 415 a.C. através das escolhas persuasivas do orador. Os eventos são mencionados no início do discurso e a narrativa sobre eles ocupa sua maior parte. Com isso, Andócides dedica-se mais a demonstrar que é inocente das impiedades do passado do que propriamente a se defender das acusações atuais, em particular da que o responsabiliza por ter colocado o ramo de oliveira no altar de Elêusis. Esse elemento ocupa apenas uma parte discreta no final de seu discurso. Também deve-se considerar a estratégia do orador de começar abordando a profanação dos Mistérios, com a qual ele não tem qualquer envolvimento, já que seu nome está ligado apenas à mutilação dos Hermes. Começar seu discurso dessa forma, demonstrando não ter envolvimento com a profanação dos Mistérios, serve para preparar sua defesa de que nunca cometeu qualquer delito contra as duas Deusas. Já por meio da narrativa dos Hermes, ele busca demonstrar que não é ímpio e que, assim, o decreto de Isotímidas não se aplicaria a ele. Portanto, sua estratégia de defesa se baseia principalmente no detalhamento dos eventos de 415 a.C.

A partir das três denúncias, pode-se perceber como a mutilação dos Hermes e a profanação dos Mistérios foram ações coordenadas – talvez até mais do que Tucídides está disposto a admitir –. Andócides aproveita-se do reconhecimento social de Alcibíades, bem como da sua notória culpa com relação aos Mistérios, para iniciar a narrativa sobre a profanação dos Mistérios, fazendo um movimento de aproximação e distanciamento com relação à figura do general. Também era de conhecimento dos atenienses que os eventos de 415 a.C. prejudicaram diretamente Alcibíades: o adiamento da expedição contra a Sicília e o seu posterior exílio (Isoc. 13.9). Ele foi vítima de uma injustiça (X. *HG* 1.20), perseguido por poderosos oponentes



(Th. 6.28), mantendo, mesmo assim, o apoio popular (Plu. *Alk.* 19.4). Ao contrário de Andócides, o exílio do general não foi forçado. Ele fez um cálculo político ousado ao ir para Esparta (Kapellos, 2017, 2019a), aliando-se ao inimigo dos atenienses.

O relato de Andócides, cotejado com outras fontes, ajuda-nos a perceber a ambiguidade na recepção da figura de Alcibíades pelos atenienses anos depois: ele era ao mesmo tempo herói e traidor. Portanto, especificamente no que diz respeito a Alcibíades, o uso de seu passado recente é bem controlado por Andócides, pois ele narra apenas fatos específicos para sua audiência, criando uma narrativa construída não apenas com verdades, mas também com distorções e mentiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração dos discursos And. 1, [Lys.] 6 e Isoc. 16 ocorreu em um contexto de fortes acusações de impiedade (*asebeia*) na cena pública. A comoção decorrente dos eventos de 415 a.C. converteu tais eventos em recurso retórico de fácil acesso aos oradores, permitindo combinar elementos religiosos⁴³ com a manipulação de fatos do passado recente. Entre 400 e 399 a.C., mencionar tais impiedades ajudava a manter vivo na memória do povo o ressentimento contra esses crimes, lembrando também das medidas autoritárias usadas nos períodos oligárquicos no final da Guerra do Peloponeso (Todd, 2007: 409). Isso é especialmente verdadeiro para os julgamentos de Andócides e Sócrates.

Andócides, Isócrates e [Lísias] aumentam ou diminuem a presença de Alcibíades nos eventos de 415 a.C. a depender de suas respectivas estratégias retóricas, recorrendo ora à crítica ora à admiração que o general suscita. Cada orador escreve sua “versão” dos fatos, com o objetivo de causar comoção e persuadir a audiência, o que permite explorar certas imprecisões admissíveis para a audiência (Worthington, 1994: 114). Ao comparar os relatos dos oradores com os dos historiadores, prestando atenção especial à relação entre Alcibíades e Andócides nos acontecimentos de 415 a.C., podemos notar a diversidade dessas “versões”.

Em And. 1, percebemos a consciência do orador de que sua audiência tinha algum conhecimento dos fatos, pois ele se vale disso para dar uma quantidade maior ou menor de informações quando lhe convém, a exemplo da denúncia de Teucro. Acreditamos que Andócides usa Alcibíades em seu discurso para desviar a atenção dos crimes cometidos por ele mesmo.

Essa estratégia mostra a habilidade política de Andócides, comprovada em sua biografia. Mesmo depois de seu longo exílio e do sofrimento das pesadas suspeitas de impiedade, ele nunca foi condenado em nenhum processo. Foi escolhido para

⁴³ O uso de argumentos religiosos é efetivo na produção de respostas rápidas, uma vez que o sentimento religioso estava disseminado por toda a cidade e seus cidadãos (Eidinow, 2015).



ser um dos embaixadores em 392 a.C. enviado a Esparta após a Guerra de Corinto (And. 3), indicando que, apesar de tudo, seu prestígio político ainda era forte em Atenas e nem mesmo o processo presente no *Sobre os Mistérios* conseguiu abalá-lo.

RECIBIDO: octubre 2020; ACEPTADO: marzo 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TRADUÇÕES E COMENTÁRIOS

- AESCHINES (2000): *Aeschines*, transl. Chris CAREY, University of Texas Press, Austin.
- ANDOCIDES (1962): *On the Mysteries*, ed. with introduction, commentary and appendixes by Douglas MACDOWELL, Clarendon Press, Oxford.
- ANDOCIDES (1966): *Discours*, trad. Georges DALMEYDA, Les Belles Lettres, Paris.
- ANDOCIDES (1995): *Greek Orators, IV*, transl. M. EDWARDS, Warminster.
- ANTIFONTE & ANDÓCIDES (1991): *Discursos y Fragmentos*, trad. Jordi REDONDO SÁNCHEZ, Gredos, Madrid.
- ANTIPHON & ANDOCIDES (1998): *Antiphon & Andocides*, transl. Michael GAGARIN & Douglas M. MACDOWELL, University of Texas Press, Austin.
- DEMOSTHENES (2002): *Against Meidias*, transl. D. M. MACDOWELL, Bristol Classical Press, London.
- DEMOSTHENES (2008): *Demosthenes, speeches 20-22*, transl. Edward M. HARRIS, University of Texas Press, Austin.
- LYSIAS (2000): *Lysias*, transl. S. C. TODD, University of Texas Press, Austin.
- ISOCRATES (2000): *Isocrates I*, transl. David C. MIRHADY and Yun Lee TOO, University of Texas Press, Austin.
- PLUTARCO (2012): *Vidas Paralelas: Alcibiades e Coriolano*, trad. Maria do Céu FIALHO e Nuno SIMÕES RODRIGUES, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- TUCÍCIDES (1987): *História da Guerra do Peloponeso*, trad. Mario DA GAMA KURY. Editora UnB, Brasília.

ESTUDOS

- ALLEN, D. S. (2000): *The World of Prometheus. The Politics of Punishing in Democratic Athens*, Princeton University Press, Princeton.
- ARNAOUTOGLU, I. (2007): «Fear of Slaves in Ancient Greek Legal Texts», en A. SERGHIDOU, *Fear of Slaves, Fear of Enslavement in the Ancient Mediterranean*, Presses Universitaires de Franche-Comté, Besançon, pp. 133-144.
- BAUMAN, R. A. (1990): *Political trials in ancient Greece*, Routledge, London.
- BEARZOT, C. (2007): *Vivere da democratici: studi su Lisia e la democrazia ateniese*, L'Erma di Bretschneider, Roma.
- BREMMER, J. N. (2014): «Initiation into the Eleusianian Mysteries: a “Thin” Description», en J. N. BREMMER, *Initiation into the Mysteries of the Ancient World*, de Gruyter, Berlin/New York, pp. 1-20.
- BREMMER, J. N. (2019): «Religion and the limits of individualisation in ancient Athens: Andocides, Socrates, and the fair-breasted Phryne», en M. FUCHS *et al.* (eds.), *Religious Individualisation*.



Historical Dimensions and Comparative Perspectives, de Gruyter, Berlin/New York, pp. 1009-1032.

- BRUIT ZAIDMAN, L. - SCHMITT PANTEL, P. (1992): *Religion in the Ancient Greek City*, Cambridge University Press, Cambridge.
- BURKERT, W. (1987): *Ancient Mystery Cults*, Harvard University Press, Cambridge.
- CALHOUN, G. M. (1913): *Athenian Clubs in Politics and Litigation*, The University of Texas Bulletin, Austin.
- CANEVARO, M. (2019): «Memory, the Orators, and the Public in Fourth Century BC Athens», en L. CASTAGNOLI *et al.* (eds.), *Greek Memories. Theories and Practices*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 136-157.
- CANEVARO, M. - HARRIS, E. (2012): «The documents in Andocides' On the Mysteries», *CQ* 62 (1): 98-129.
- CARAWAN, E. (2004): «Andocides' Defence and MacDowell's Solution», en D. L. CAIRNS and R. A. KNOX, (eds.), *Law, Rhetoric and Comedy in Classical Athens. essays in honour of Douglas M. MacDowell*, Classical Press of Wales, Swansea, pp. 103-112.
- CARAWAN, E. (2013): *The Athenian Amnesty and Reconstructing the Law*, Oxford University Press, Oxford.
- CLINTON, K. (1974): *The Sacred Officials of the Eleusinian Mysteries*, The American Philosophical Society, Philadelphia.
- COHEN, D. (1994): *Law, sexuality and society: The enforcement of morals in classical Athens*, Cambridge University Press, Cambridge.
- DERENNE, E. (1930): *Les procès d'impiété intentés aux philosophes à Athènes au v^{me} et au iv^{me} siècles avant J.C.*, Champion/Vaillant-Carmanne, Paris/Liège.
- EIDINOW, E. (2015): «Ancient Greek Religion: 'Embedded' ... and Embodied», en C. TAYLOR and K. VLASSOPOULOS (eds.), *Communities and Networks in the Ancient Greek World*, Oxford University Press, Oxford, pp. 54-79.
- EDWARDS, M. (2004): «Andocides», en I. JONG *et al.* (eds.), *Narrators, Narratees, and Narratives in Ancient Greek Literature*, Brill, Leiden, pp. 325-331.
- FILONIK, J. (2013): «Athenian impiety trials: a reappraisal», *Dike* 16: 11-96.
- FINLEY, M. I. (1988): *Democracia antiga e moderna*, Graal, Rio de Janeiro.
- FURLEY, W. D. (1996): *Andokides and the Herms. A Study of Crisis in Fifth-century Athenian Religion*, *BICS* Supplement 65, Oxford University Press, Oxford.
- GAGARIN, M. (1996): «The Torture of Slaves in Athenian Law», *Cph* 91 (1): 1-18.
- GAGNÉ, R. (2009): «Mystery Inquisitors: Performance, Authority, and Sacrilege at Eleusis», *CLAnt* 28 (1): 211-247.
- GERNET, L. (1921): «Sur l'épiclérat», *REG.* 34 (1): 337-379.
- GOMME, A. *et al.* (eds.) (1970): *A Historical Commentary on Thucydides Books V (25)-VII*, Clarendon Press, Oxford.
- GRIBBLE, D. (1997): «Rhetoric and History in [Andocides] 4, Against Alcibiades», *CQ* 47 (1): 367-391.
- HARDING, P. (1987): «Rhetoric and Politics in Fourth-Century Athens», *Phoenix* 41 (1): 25-39.
- HARRIS, E. (2007): «The Rule of Law in Athenian Democracy. Reflection on the Judicial Oath», *Ethics & Politics* IX (1): 55-74.
- HARRIS, E. (2013): *The Rule of Law in Action in Democratic Athens*, Oxford University Press, Oxford.
- HORNBLOWER, S. (2008): *A commentary on Thucydides. Vol. 1: Books I-III*, Clarendon Paperbacks, Oxford.



- KAPellos, A. (2017): «Alcibiades at Aegospotami and the Defeat of the Athenian Fleet. History and Rhetoric», *La Parola del passato* 72 (2): 303-323.
- KAPellos, A. (2019a): «Xenophon and Lysias on the Arginousai Trial», *Erga Logoi* 7 (2): 1-26.
- KAPellos, A. (2019b): *Xenophon's Peloponnesian War*, de Gruyter, Berlin.
- KENNEDY, G. A. (1958): «The oratory of Andocides», *AJPh* 79 (1): 32-43.
- LEÃO, D. F. (2012): «The Eleusinian Mysteries and political timing in the life of Alcibiades», en L. R. LANZILLOTA *et. al.*, *Plutarch in the Religious and Philosophical Discourse of Late Antiquity*, Brill, Leiden, pp. 181-192.
- LEITE, P. G. (2014): *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- LEITE, P. G. (2017): *Religião e jogos de poder: o Contra Mídias de Demóstenes*, Prismas, Curitiba.
- LODDO, L. (2019): «Alcibiades: was he a genuine political refugee?», *QS* 90: 5-28.
- MACDOWELL, D. (1986): *The Law in Classical Athens*, Cornell University Press, Ithaca.
- MARR, J. L. (1971): «Andocides' Part in the Mysteries and Hermae Affaris 415 BC», *CQ* 21 (2): 326-338.
- MARSHALL, M. H. B. (1974): «Andocides 1.8 and Thucydides 4.63», *CQ* 24 (1): 28-32.
- MISSIOU, A. (1992): *The subversive oratory of Andokides. Politics, Ideology and Decision-making in Democratic Athens*, Cambridge University Press, Cambridge.
- MOSSÉ, C. (1987): *O processo de Sócrates*, Zahar, Rio de Janeiro.
- MOULINIER, L. (1952): *Le pur et l'impur dans la pensée des grecs. d'Homère à Aristote*, C. Klincksieck, Paris.
- MURRAY, O. (1990): «The Affair of the Mysteries: Democracy and the Drinking Group» en O. MURRAY (ed.), *Symptotica. A Symposium on the Symposium*, Clarendon Press, Oxford, pp. 149-161.
- NAIDEN, F. S. (2016): «Contagious Asebeia», *CQ* 66 (1): 59-74.
- OBER, J. (2015): *The Rise and Fall of Classical Greece*, Princeton University Press, New Jersey.
- OSBORNE, R. (1985): «The Erection and Mutilation of the Hermai», *PCPS* 31 (1): 47-73.
- O'SULLIVAN, L. L. (1997): «Athenian impiety trials in the late fourth century BC», *CQ* 47 (1): 136-152.
- PALERM RAMÓN, V. M. - SOPENA GENZOR, G. - VICENTE SÁNCHEZ, A. C. (eds.) (2019): *Irreligiosidad y Literatura en la Atenas Clásica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- PARKE, H. W. (1977): *Festivals of the Athenians*, Thames and Hudson, London.
- PARKER, R. (1996a): *Athenian Religion: a History*, Clarendon Press, Oxford.
- PARKER, R. (1996b): *Miasma: Pollution and Purification in Early Greek Religion*, Oxford University Press, Oxford.
- PATERA, I. (2019): «Individuals in the Eleusinian Mysteries: Choices and Actions», en M. FUCHS *et al.* (eds.), *Religious Individualisation. Historical Dimensions and Comparative Perspectives*, de Gruyter, Berlin, pp. 669-694.
- PHILLIPS, D. (2016): *The Law of Ancient Athens*, The University Michigan Press, Michigan.
- QUINN, J. C. (2007): «Hermes, Kouroi and the Political Anatomy of Athens», *G&R* 54 (1): 82-105.
- RHODES, P. (1972): *The Athenian Boule*, Clarendon Press, Oxford.
- ROISMAN, J. - WORTHINGTON, I. - WATERFIELD, R. (2015): *Lives of the Attic Orators. Texts from Pseudo-Plutarch, Photius, and the Suda*, Oxford University Press, Oxford.



- RUBINSTEIN, L. (2005): «Differentiated Rhetorical Strategies in the Athenian Courts», en M. GAGARIN and D. COHEN (eds.), *The Cambridge Companion to Ancient Greek Law*, Cambridge University Press, Cambridge. pp. 129-145.
- TODD, S. C. (2004): «Revisiting the Herms and the Mysteries», en D. L. CAIRNS and R. A. KNOX, (eds.), *Law, Rhetoric and Comedy in Classical Athens: essays in honour of Douglas M. MacDowell*, Classical Press of Wales, Swansea, pp. 87-102.
- TODD, S. C. (2007): *A commentary on Lysias. Speeches 1-11*, Oxford University Press, Oxford.
- TREVETT, J. (1995): «The use of Direct Speech by Attic Orators», en F. DE MARTINO - A. H. SOMMERSTEIN (eds.), *Lo spettacolo delle voci*, II, Levante, Bari, pp. 123-145.
- SCHMITZ, T. A. (2000): «Plausibility in the Greek orators», *AJPh* 121 (1): 47-77.
- SEAGER, R. (1978): «Andocides' Confession: a Dubious Note», *Historia* 27 (1): 221-223.
- SERAFIM, A. (2021): *Religious Discourse in Attic Oratory and Politics*, Routledge, New York.
- SIKORSKI, C. F. (2020): «O uso do presente histórico em Andócides como estratégia de oralidade», en S. L. R. ROCHA (org.), *História, Linguagem e Imagem na Oratória Clássica*, Pontes Editores, Campinas.
- SOMMERSTEIN, A. H. - TORRANCE, C. I. (2014): *Oaths and Swearing in Ancient Greece*, de Gruyter, Berlin.
- USHER, S. (2001): *Greek oratory. Tradition and originality*, Oxford University Press, Oxford.
- WALLACE, R. (1992): «Charmides, Agariste and Damon», *CQ* 42 (2): 328-335.
- WESTWOOD, G. (2020): *The Rhetoric of the Past in Demosthenes and Aeschines. Oratory, History and Politics in Classical Athens*, Oxford University Press, Oxford.
- WORTHINGTON, I. (1994): «History and oratorical exploitation», en I. WORTHINGTON (ed.), *Persuasion: Greek Rhetoric in Action*, Routledge, London, New York, pp. 109-129.
- WORTHINGTON, I. (2020): «'Fake News': The Greek Orators' Rhetorical Presentation of the Past», *Roda da Fortuna* 9 (1): 15-31.



